

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL

2025/300.10.005/223 - Fornecimento de Análises Físico-químicas e bacteriológicas de Água para Consumo Humano e Piscinas Municipais/ Ano 2025 - FA022-2025



Referência Interna: 6260 / 2025

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Parte I.....	3
Cláusulas Gerais	3
Objeto	3
Contrato	3
Vigência do Contrato.....	4
Local da Prestação do Serviço.....	4
Preço Base.....	4
Condições de Pagamento	4
Preço Contratual	5
Preço Anormalmente Baixo.....	5
Condições da Prestação do Serviço.....	5
Obrigações do Prestador do Serviço	6
Conformidade e garantia técnica	6
Obrigações do Contraente Público	7
Penalidades Contratuais.....	7
Força Maior	8
Resolução por parte do Contraente Público	10
Resolução por parte do Prestador do Serviço	10
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	10
Dever de Sigilo.....	11
Patentes, Licenças e Marcas Registadas	11
Normas Ambientais e Compras Públicas Ecológicas 2020	11
Caução.....	12
Foro Competente	12
Legislação Aplicável	12
Comunicação e Notificação.....	12
Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação	12
Contagem de Prazos	13
Gestor do Contrato	13
Parte II.....	14
Cláusula 28.º - Condições técnicas	14

Parte I
Cláusulas Gerais
Cláusula 1ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **Fornecimento Contínuo de Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas de Água para Consumo Humano e das Piscinas Municipais – 2025.**
2. Serviços a realizar, de acordo com as condições técnicas definidas na cláusula 28.º do presente caderno de encargos.
3. As deslocações até ao local do Serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 2ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O Presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em casos de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do referido diploma.

Cláusula 3ª
Vigência do Contrato

O contrato entra em vigor na data da assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2025.

Cláusula 4ª
Local da Prestação do Serviço

Os Serviços a executar no âmbito deste contrato e conforme descrito nas cláusulas 1.ª e 28.º do presente de caderno de encargos.

Cláusula 5ª
Preço Base

1. O preço base é de **18.259,00€ (dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove mil euros)**, sendo este o valor máximo que o Município de Porto de Mós se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens, não podendo a proposta ultrapassar este montante.
2. Este preço base foi determinado com base nos preços médios dos últimos contratos.
3. Pelo fornecimento do objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto de Mós pagará ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como, quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes ou licenças e decorrentes da prestação do serviço.

Cláusula 6ª
Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Município e Porto de Mós, nos termos das cláusulas anteriores deve ser paga no prazo de 60 dias, após a receção da(s) respetiva(s)

fatura(s) e as quais só podem ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Porto de Mós quanto o valor indicado na(s) fatura(s), deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto do n.º 1, a(s) fatura(s) será(ão) paga(s) através transferência bancária.

Cláusula 7ª
Preço Contratual

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, o Município de Porto de Mós pagará ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.

Cláusula 8.ª
Preço Anormalmente Baixo

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 40% do preço base.

Cláusula 9ª
Condições da Prestação do Serviço

A prestação do serviço só será efetuado após a data da adjudicação e em perfeitas condições para o fim a que se destina e após solicitado pela Câmara Municipal de Porto de Mós.

Cláusula 10ª

Obrigações do Prestador do Serviço

1. Obrigações principais do prestador do serviço:
 - 1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Executar a prestação dos serviços que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e que se relacionem com o fornecimento dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município de Porto de Mós;
 - c) Prestar as informações que forem solicitadas pelo Município de Porto de Mós;
 - d) Garantir o cumprimento de todas as normas de segurança legalmente previstas.
 - 1.2. Entregar documentos solicitados no Convite;
 - 1.3. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 11ª

Conformidade e garantia técnica

1. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados em perfeitas condições de para os fins a que se destinam.
2. Os Prestador do Serviço é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato que exista no momento em que os bens são fornecidos.

Cláusula 12ª
Obrigações do Contraente Público

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, principais e acessórias, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, as despesas de transporte para o local de entrega, de instalação, de assistência, de atendimento, de apoio e de verificação da conformidade dos bens, documentos e demais prestações contratuais com as características, especificações, requisitos, exigências e obrigações técnicas, legais e contratuais definidos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual.
3. Fiscalizar o cumprimento dos deveres do prestador do serviço, solicitando todos os dados que considere necessário para o efeito.

Cláusula 13ª
Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente as estabelecidas no presente caderno de encargos o Município de Porto de Mós pode exigir ao prestador do serviço o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do serviço objeto do contrato, será exigido ao fornecedor o pagamento, a título de sanção pecuniária de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação do serviço por cada dia de atraso contratual;

- b) O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Porto de Mós decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado a 30% do preço contratual de acordo com definido no artigo 329º do CCP;
- c) Para efeitos de incumprimento do contrato, a gravidade e a graduação das sanções contratuais será aferida de acordo com os seguintes critérios: a duração da infração, o grau de culpa do fornecedor serviço, a existência de prática reiterada e as consequências objetivas do incumprimento, cuja graduação será considerada por ordem crescente dos seguintes factos:
- 1º Atrasos na Prestação do Serviço;
 - 2º Não Prestação do Serviço;
 - 3.º Prestação defeituosa do serviço;
- d) As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que Município de Porto de Mós exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador do serviço, nem havida como incumprimento, o não cumprimento pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva prestação do serviço mas que sejam alheias à vontade da parte afetada, que o prestador do serviço não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constitui motivos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem motivos de força maior:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador do serviço na parte que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador do serviço ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador do serviço de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devido ao incumprimento pelo prestador do serviço das normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador do serviço, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador do serviço sem ser por motivo de sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação;
5. Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constituía força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos;
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;
7. Sem prejuízo do disposto do n.º 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou se 1 (um) no caso de fornecedor, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução do contrato, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do CCP.

Cláusula 15ª
Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, o Município de Porto de Mós pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador do serviço violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:

- a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais de acordo com as especificações técnicas;
- b) A prestação dos serviços objeto do contrato superior a 3 dias ou declaração escrita do prestador do serviço de que o atraso excederá esse prazo;
- c) Pela violação, de forma grave ou reiterada, de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 16ª
Resolução por parte do Prestador do Serviço

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 17ª
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

O prestador do serviço não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, de acordo com o previsto no artigo 316.º do CCP.

Cláusula 18ª
Dever de Sigilo

1. O prestador do serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Porto de Mós, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Excluir-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador do serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 19ª.
Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do prestador do serviço quaisquer encargos decorrentes da utilização, da prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças;
2. Caso o contraente público venha a ser demandado, por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador do serviço indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 20ª
Normas Ambientais e Compras Públicas Ecológicas 2020

A presente prestação de serviços não tem enquadramento na estratégia nacional para as compras públicas ecológicas 2020 (ENCPE), no entanto, importa definir que a recolha e encaminhamento dos resíduos provenientes diretamente da prestação do serviço, são da responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser efetuada por um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado.

Cláusula 21ª

Caução

Não é exigida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 22ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 24ª

Comunicação e Notificação

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificadas no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte;
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469º do CCP.

Cláusula 25ª

Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação

1. Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, a decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas até ao termo da

obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.

2. Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação, o prestador do serviço obriga-se a entregar toda a documentação necessária à adjudicação, no prazo de 5 dias após a adjudicação, em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração do Anexo II, alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP;
- b) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Declarações de não Dívida à Segurança Social e Finanças e Registos Criminais.

Cláusula 26ª
Contagem de Prazos

A contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Cláusula 27ª
Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290º-A do CCP é designado gestor do contrato para este procedimento a Técnica Superior Patrícia Alexandra Vala Carreira, a desempenhar funções no Gabinete de Ambiente da DOP SMA da Câmara Municipal de Porto de Mós, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura
Qualificada] José
Jorge Couto Vala

Digitally signed by [Assinatura
Qualificada] José Jorge Couto
Vala
Date: 2025.02.24 17:15:31
+00:00

José Jorge Couto Vala

Parte II
Cláusula 28.º - Condições técnicas

1. Especificações do Plano de Amostragem e Parâmetros:

	Alqueidão da Serra e Ribeira de Baixo	Chão Pardo	Mira de Aire	Pedreiras – Zona Alta	Porto de Mós	Serra	Vale Florido	Vale Florido (SMAS)
CR 1	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>	Escherichia coli (E. coli)	Escherichia Coli (E. Coli)	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>	<i>Escherichia coli (E. coli)</i>
	Bactérias coliformes	Bactérias coliformes	Bactérias coliformes	Bactérias Coliformes	Bactérias coliformes	Bactérias coliformes	Bactérias coliformes	Bactérias coliformes
	Desinfetante residual	Desinfetante residual	Desinfetante residual	Desinfetante Residual	Desinfetante residual	Desinfetante residual	Desinfetante residual	Desinfetante residual
CR2	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C	Cheiro a 25°C
	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C	Sabor a 25°C
	pH	pH	pH	pH	pH	pH	pH	pH
	Condutividade	Condutividade	Condutividade	Condutividade	Condutividade	Condutividade	Condutividade	Condutividade
	Cor	Cor	Cor	Cor	Cor	Cor	Cor	Cor
	Turvação	Turvação	Turvação	Turvação	Turvação	Turvação	Turvação	Turvação
	Enterococos	Enterococos	Enterococos	Enterococos	Enterococos	Enterococos	Enterococos	Enterococos
	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C	Número de colónias a 22 °C
	Ferro	Ferro	<i>Clostridium perfringens</i>		Alumínio	Nitratos		
		Nitratos	Alumínio		Amónio			
					Ferro			
					Oxidabilidade			
CI	<i>Clostridium perfringens</i>	<i>Clostridium perfringens</i>	Amónio	<i>Clostridium perfringens</i>	<i>Clostridium perfringens</i>	<i>Clostridium perfringens</i>	<i>Clostridium perfringens</i>	<i>Clostridium perfringens</i>
	Alumínio	Alumínio	Antimónio	Alumínio	Antimónio	Alumínio	Alumínio	Alumínio
	Amónio	Amónio	Arsénio	Amónio	Arsénio	Amónio	Amónio	Amónio
	Benzo(a)pireno	Antimónio	Benzeno	Antimónio	Benzeno	Antimónio	Benzo(a)pireno	Benzo(a)pireno
	Cálcio	Arsénio	Benzo(a)pireno	Arsénio	Benzo(a)pireno	Arsénio	Cálcio	Cálcio
	Cloritos	Benzeno	Boro	Benzeno	Boro	Benzeno	Cloritos	Cloritos
	Cloratos	Benzo(a)pireno	Bromatos	Benzo(a)pireno	Bromatos	Benzo(a)pireno	Cloratos	Cloratos
	Chumbo	Boro	Cádmio	Boro	Cádmio	Boro	Chumbo	Chumbo
	Cobre	Bromatos	Cálcio	Bromatos	Cálcio	Bromatos	Cobre	Cobre
	Crómio	Cádmio	Cianetos	Cádmio	Cianetos	Cádmio	Crómio	Crómio
	Dureza total	Cálcio	Cloretos	Cálcio	Cloretos	Cálcio	Dureza total	Dureza total

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL
**2025/300.10.005/223 - Fornecimento de Análises Físico-
químicas e bacteriológicas de Água para Consumo
Humano e Piscinas Municipais/ Ano 2025 - FA022-2025**



Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Cianetos	Cloritos	Cianetos	Cloritos	Cianetos	Ferro	Ferro
Magnésio	Cloretos	Cloratos	Cloretos	Cloratos	Cloretos	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)
Manganês	Cloritos	Chumbo	Cloritos	Chumbo	Cloritos	Magnésio	Magnésio
Nitritos	Cloratos	Cobre	Cloratos	Cobre	Cloratos	Manganês	Manganês
Níquel	Chumbo	Crómio	Chumbo	Crómio	Chumbo	Nitritos	Nitritos
Oxidabilidade	Cobre	1,2 – dicloroetano	Cobre	1,2 – dicloroetano	Cobre	Níquel	Níquel
Potássio	Crómio	Dureza total	Crómio	Dureza total	Crómio	Oxidabilidade	Oxidabilidade
Trihalometanos	1,2 – dicloroetano	Ferro	1,2 – dicloroetano	Fluoretos	1,2 – dicloroetano	Potássio	Potássio
	Dureza total	Fluoretos	Dureza total	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Dureza total	Trihalometanos	Trihalometanos
	Fluoretos	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Ferro	Magnésio	Ferro		
	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Magnésio	Fluoretos	Manganês	Fluoretos		
	Magnésio	Manganês	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	Mercúrio	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)		
	Manganês	Mercúrio	Magnésio	Nitratos	Magnésio		
	Mercúrio	Nitratos	Manganês	Nitritos	Manganês		
	Nitritos	Nitritos	Mercúrio	Níquel	Mercúrio		
	Níquel	Níquel	Nitratos	Potássio	Nitritos		
	Oxidabilidade	Oxidabilidade	Nitritos	Selénio	Níquel		
	Potássio	Potássio	Níquel	Sódio	Oxidabilidade		
	Selénio	Selénio	Oxidabilidade	Sulfatos	Potássio		
	Sódio	Sódio	Potássio	Tetracloroetano e tricloroetano	Selénio		
	Sulfatos	Sulfatos	Selénio	Trihalometanos	Sódio		
	Tetracloroetano e tricloroetano	Tetracloroetano e tricloroetano	Sódio	Alfa total	Sulfatos		
	Trihalometanos	Trihalometanos	Sulfatos	Dose indicativa	Tetracloroetano e tricloroetano		
	Alfa total	Alfa total	Tetracloroetano e tricloroetano	Urânio 234	Trihalometanos		
	Dose indicativa	Dose indicativa	Trihalometanos	Urânio 238	Alfa total		
	Urânio 234	Urânio 234	Alfa total	Rádio 226	Dose indicativa		
	Urânio 238	Urânio 238	Dose indicativa	Polónio 210	Urânio 234		
	Rádio 226	Rádio 226	Urânio 234	Bentazona	Urânio 238		

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL
2025/300.10.005/223 - Fornecimento de Análises Físico-químicas e bacteriológicas de Água para Consumo Humano e Piscinas Municipais/ Ano 2025 - FA022-2025



	Polónio 210	Polónio 210	Urânio 238	Clorpirifos	Rádio 226		
	Bentazona	Bentazona	Rádio 226	Dimetoato	Polónio 210		
	Clorpirifos	Clorpirifos	Polónio 210	Ometoato	Bentazona		
	Dimetoato	Ometoato	Bentazona	Diurão	Clorpirifos		
	Ometoato	Dimetoato	Clorpirifos	Dimetenamida-P	Dimetoato		
	Diurão	Diurão	Dimetoato	M656PH051	Ometoato		
	Dimetenamida-P	M656PH051	Ometoato	Imidaclopride	Diurão		
	M656PH051	Dimetenamida-P	Diurão	MCPA	Dimetenamida-P		
	Imidaclopride	Imidaclopride	Dimetenamida-P	Metalaxil	M656PH051		
	MCPA	MCPA	M656PH051	Metribuzina	Imidaclopride		
	Metalaxil	Metalaxil	Imidaclopride	Metolacoloro	MCPA		
	Metribuzina	Metribuzina	MCPA	Tebuconazol	Metalaxil		
	Metolacoloro	Metolacoloro	Metalaxil	Terbutilazina	Metribuzina		
	Tebuconazol	Tebuconazol	Metribuzina	Desetilterbutilazina	Metolacoloro		
	Terbutilazina	Terbutilazina	Metolacoloro	Glifosato	Tebuconazol		
	Desetilterbutilazina	Desetilterbutilazina	Tebuconazol	AMPA	Terbutilazina		
	Glifosato	Glifosato	Terbutilazina		Desetilterbutilazina		
	AMPA	AMPA	Desetilterbutilazina		Glifosato		
			Glifosato		AMPA		
			AMPA				

2. Quantidade de CR1, CR2 e CI a realizar por Zona de Abastecimento:

Zonas de Abastecimento	CR1	CR2	CI
Alqueidão da Serra e Ribeira de Baixo	12	4	1
Chão Pardo	12	7	2
Mira de Aire	14	7	2
Pedreiras – Zona Alta	12	4	1
Porto de Mós	24	8	2
Serra	12	4	2
Vale Florido	12	2	1
Vale Florido (SMAS)	12	2	1
Total	110	38	12

3. Quantidade de G1, G2 e G3 a realizar por origem de água subterrânea:

FREGUESIA	CAPTAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	G1	G2	G3
Juncal	JK5	Vale de Água	4	2	1
	PS1	Chão Pardo	4	2	1
	SL5	Chão Pardo	4	2	1
	SL3	Chão Pardo	4	2	1
Calvaria de Cima	SL1	Casais de Matos	4	2	1
	LS1	Casais de Matos	4	2	1
	JK1	Fonte dos Vais	4	2	1
	JK3	Casais de Matos	4	2	1
	LS2	Calvaria de Cima	4	2	1
	SLE1	Fonte dos Vais	4	2	1
S. João Batista	LS3	Pragais	4	2	1
	P2 - Olho de Água	Ribeira de Cima	4	2	1
Mira de Aire	Olho	Mira de Aire	4	2	1
Pedreiras	SL2	Pedreiras	4	2	1
TOTAL			56	28	14

4. Parâmetros a pesquisar nas águas subterrâneas (captações):

G1	G2	G3
Parâmetro	Parâmetro	Parâmetro
pH	Ferro Dissolvido	Fluoretos
Cor	Manganês	Boro
Sólidos Suspensos Totais	Cobre	Arsénio
Temperatura	Zinco	Cádmio
Condutividade Elétrica	Sulfatos	Crómio
Cheiro	Substancias Tensoactivas	Chumbo
Nitratos	Fenóis	Selénio
Cloretos	Azoto Kjedadhl	Mercúrio
Fosfatos	Estreptococos Fecais	Bário
CQO		Cianetos

Oxigénio Dissolvido		Hidrocarbonetos dissol. E emuls.
CBO5		HAP
Azoto Amoniacal		Bentazona
Coliformes Totais		Clorpirifos
Coliformes Fecais		Dimetoato
		Ometoato
		Diurão
		Dimetenamida-P
		M656PH051
		Imidaclopride
		MCPA
		Metaxil
		Metribuzina
		Metolaclo
		Tebuconazol
		Terbutilazina
		Desetilterbutilazina
		Glifosato
		AMPA
		Substâncias extraíveis com clorofórmio
		Pesquisa de Salmonela

5. Parâmetros e Quantidades de exames bacteriológicos nos fontenários:

Análises Bacteriológicas		
Local	Parâmetro	Quantidade
	Número de colónias a 22°C	44
Fontanário de Alcária	Número de colónias a 37°C	
Fontanário de Alqueidão da Serra	Coliformes Totais	
Fontanário da Mendiga	E. Coli	
Fontanário de Serro Ventoso	Enterococos Fecais	
	Clostridium perfringens	

6. Parâmetros das análises nas Piscinas Municipais:

Análises Físico- Químicas	Cloro Residual Livre	
	Cloro Residual Total	
	Cloro Combinado	
	Ácido isocianúrico	
	Cobre	
	Turvação	
	pH	
	Condutividade	
	Oxidabilidade	
	Cloretos	
	Temperatura	
	Tri-halometanos	
Análises Bacteriológicas	Microrganismos viáveis a 37°C	
	Coliformes Totais	
	E. Coli	
	Enterococos Fecais	
	Pseudomona aeruginosa	
	Total de Staphylococcus	
	Staphilococcus produtores de coagulase +	
	Pesquisa de Legionella	

MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL

**2025/300.10.005/223 - Fornecimento de Análises Físico-
químicas e bacteriológicas de Água para Consumo
Humano e Piscinas Municipais/ Ano 2025 - FA022-2025**

